

A Justiça e as Empresas (de forma muito, muito, breve)*

Este texto reproduz o espírito (não a letra) de uma intervenção feita num colóquio organizado pelo Conselho Superior da Magistratura na Faculdade de Direito de Lisboa.

Foi uma intervenção sujeita a mote.

O Dr. Edgar Lopes, meu companheiro de mesa, antes do meu comentário à intervenção do Dr. Paulo Teixeira Pinto sobre a necessidade de os tribunais criarem um melhor ambiente para o funcionamento das empresas, fez uma pergunta.

E as empresas não terão culpa?

Aqui vai a minha resposta não exactamente como foi dada, mas como deveria ter sido dada.

O que eu queria dizer na minha intervenção é que a comunidade dos cidadãos tem que se preocupar principalmente com a qualidade dos bens públicos como a justiça. Se conseguirmos que eles melhorem tudo o resto vai acabar por melhorar.

E aqui vão alguns argumentos para o tentar provar.

De forma muito breve: com um assunto destes é se escrevem algumas linhas ou se escrevem alguns volumes. *Tertium non datur.*

1º Argumento

As empresas são móveis. Tanto podem investir aqui como na Tailândia. Os melhores quadros que saem hoje da nossa universidade pelo tipo de formação que receberam podem escolher uma carreira nacional ou multinacional.

Cabe às variáveis que nós podemos controlar (qualidade da justiça, qualidade do ensino) garantir que temos o ambiente adequado para sermos escolhidos pelas melhores empresas e pelos melhores gestores como o local onde querem exercer actividade.

2º Argumento

As empresas adaptam-se ao ambiente: uma justiça ineficiente e laxista dá oportunidades às piores empresas, favorece os piores tipos de actividade, convida à delinquência como modo normal de obter lucros.

* Publicado em *Funcionamento do Sistema Judicial e Desenvolvimento Económico – Sistema de recrutamento e formação dos magistrados – balanço da experiência portuguesa e modelos alternativos*, IV Encontro Anual do Conselho Superior da Magistratura (Coimbra: 2007), 47-49. JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES * www.saldanhasanches.pt * jlsaldanhasanches@gmail.com

As más empresas afastam as boas. Se pelo contrário há um ambiente exigente e o crime deixa de compensar vão prevalecer os empresários que jogam de acordo com as regras. Quando o ambiente se degrada muito estes nem sequer têm hipótese de sobreviver.

3º Argumento

A qualidade da justiça depende fundamentalmente da qualidade dos juízes.

Na minha opinião tem-se falado demais da formação dos juízes quando o que importa primordialmente é a selecção e a carreira dos juízes.

Todos os anos saem das faculdades de direito portuguesas algumas dezenas de excelentes juristas.

Tal como está hoje o mercado de trabalho muitos acabarão nos grandes escritórios. É essencial que os outros acabem na magistratura e possam ascender pelo seu mérito e não pela sua antiguidade.

4º Argumento (este inteiramente a despropósito, confesso)

Dois anos de formação teórica generalista, depois de cinco anos de formação teórica generalista (estou a falar do Centro de Estudos Judiciários) é uma rematada asneira.

Um jovem jurista que aproveitou os cinco anos da faculdade para trabalhar seriamente não sabe nada, mas pode aprender tudo.

Precisa de duas coisas: do embate da prática e da formação especializada. A função principal do CEJ deveria ser a formação especializada ligada com a ascensão na carreira para os magistrados em exercício.

(Os meus agradecimentos ao Dr Edgar Lopes por me ter suscitado estas reflexões.)